

ANEXO M

URBISAMAZÔNIA: Primeiro Exercício de Síntese Narrativa

Ana Claudia Duarte Cardoso

Este texto é um exercício de construção de uma *narrativa* para os processos em curso na formação do urbano na Amazônia. Ele se dá apoiado na Plataforma Cognitiva construída neste segundo ano do Projeto URBISAMAZÔNIA. O texto é preliminar e deve ser discutido no fórum ampliado do Coletivo URBISAMAZÔNIA. Seu objetivo é a avaliar a estratégia metodológica proposta pelo Projeto, utilizando o conjunto de Modelos em diversas escalas desenvolvidos ao longo deste ano, e associando a corrente literatura sobre o objeto estudado, produzir uma narrativa coerente, consistente e apoiada em evidências empíricas observadas diretamente ou através dos modelos desenvolvidos.

O Urbano Contemporâneo na Amazônia: Uma Leitura a partir dos *Produtos-base* do Projeto URBISAMAZÔNIA

A discussão conceitual realizada no âmbito da pesquisa destaca que o que é assumido como saber científico depende do paradigma científico vigente; em função do paradigma são assumidas visões, desenvolvidas tecnologias e avaliado o progresso técnico. A partir desta perspectiva seria possível reposicionar a discussão sobre a Amazônia, reconhecendo-se que na região convivem dois paradigmas distintos, um local (tradicional) e outro externo (industrial) implantado com mais intensidade através das ações dos grandes projetos federais dos anos 1970. Essa constatação corresponde também ao exposto por Milton Santos a respeito da existência de dois circuitos na economia urbana, um superior (associado à produção formal, burocratizada, uso intensivo de capital, voltada para mercado externo, baseada em relações impessoais, com preços regulares, dentre outras características) e outro inferior (associado à produção de organização primitiva, intensiva dependência de mão de obra, com capital limitado, pequeno volume de produção, relação direta com o consumidor, entre outras características).

As intervenções na escala regional, são pensadas de acordo com a lógica do circuito superior e acompanham o paradigma de desenvolvimento instituído no século XX, predominantemente econômico e, em função disso, se constituíram situações de exclusão e pontos cegos a respeito das dinâmicas sócio-ambientais. A priorização de interesses geopolíticos e econômicos gerou e gera muitas sobras, compostas pelos temas associados ao meio ambiente, às pessoas, ao acesso à terra, à garantia de direitos humanos, que não são fundamentais para a tomada de decisão e que podem ser tratados de muitas formas. O tratamento dessas sobras na Amazônia suscita uma rica discussão.

A necessidade do capital de homogeneizar processos e dominar a natureza e o trato impessoal imposto aos atores sociais, transforma o circuito inferior em um ponto cego. As determinações econômicas estão no circuito superior e as estratégias

tradicionais de produção e reprodução da vida na Amazônia estão no circuito inferior. Essa perspectiva é fortalecida pela última obra de Bertha Bercker, "A Urbe Amazônida", que resgata o pensamento sobre inovação de Jane Jacobs, apresentado nos anos 1970, mas que só após a crise de 2008 encontra espaço no debate econômico. A obra discute como a cidade se coloca na Amazônia, e destaca que só ocorre desenvolvimento a partir da agregação de trabalho novo sobre trabalho velho, aproveitando o acúmulo de saber como embrião para novas soluções. Onde houve imposição de uma maneira completamente nova de tratar o território, a partir da importação de soluções de outros contextos, perde-se o conhecimento historicamente acumulado localmente sobre o que funciona para a região. O tratamento das sobras gera os conflitos, que da perspectiva estrita do circuito superior são imperceptíveis.

Outro autor importante nessa construção conceitual é a obra de Francisco Costa, que transpõe o raciocínio das trajetórias tecnológicas da produção industrial para a maneira como a população tradicional se relaciona com a floresta. Observa-se que sempre houve desvalorização das trajetórias camponesas em relação às trajetórias patronais (empresariais e mais próximas da racionalidade do circuito superior), especialmente no que se refere ao aporte de recursos financeiros.

A organização multiescalar do Projeto **URBISAMAZÔNIA**, proporciona evidências do quanto as ferramentas clássicas adotadas pela macroeconomia não conseguem discriminar processos econômicos mais detalhadamente, indicando muita rigidez nas tendências de evolução. Os estudos demográficos e da meso e micro escala, por sua vez, caracterizam a população e o padrão de uso e ocupação do território, revelando forte vinculação da região ao circuito inferior e o acúmulo de problemas sócio-ambientais.

Destaca-se que a macroescala adota dados disponíveis nas bases oficiais, que permitam comparação no tempo e entre regiões, e que frequentemente possuem desagregação máxima por município ou mesorregião. Em decorrência disso, sua melhor abrangência de análise é a Amazônia Legal. Os estudos associados à macroescala foram desenvolvidos por dois grupos baseados no Cedeplar, um deles corresponde ao Modelo de Equilíbrio Geral Computável para a Amazônia, coordenado pelo Prof. Edson Domingues, denominado Cenário de Referência e Impactos de Investimentos Públicos e Privados no estado do Pará, 2006-2020 (apelidado de Régia). O segundo estudo da macroescala se alimenta do primeiro, é coordenado pelo Prof. Rodrigo Simões, intitulado Novas centralidades e interiorizações na Amazônia: o modelo **CENTRALINA**.

O primeiro estudo citado toma como variáveis de análises os dados oficiais disponíveis, e realiza um conjunto de 15 simulações anuais para os anos de 2006 a 2020. Para o intervalo 2006 a 2011 são adotados como variáveis de análise o PIB Real, investimento, consumo das famílias, gastos do governo, exportações, média de preços dos importados, emprego agregado e crescimento populacional, além de dados do INPE sobre desmatamento. Para o intervalo 2012 a 2020 foi assumido um cenário de crescimento econômico de 3.3% a.a. e crescimento populacional de 1% a.a., com as

demais variáveis assumidas como dependentes. Nesse período a produtividade da terra teve crescimento estimado em 1% a.a. Observa-se que o crescimento do PIB do Pará (67,6%) no período de 2006 a 2011, está pouco abaixo do crescimento do PIB da Amazônia Legal (69%), e mais distante do crescimento do PIB nacional (78%). A contribuição do Pará para o PIB nacional é de 2%, e as contribuições mais expressivas de regiões do estado para o PIB estadual são da RMB (4,5%) e do Sudeste Paraense (30%). A Região Metropolitana de Belém (RMB) se constitui em área preferencial para fixação de riqueza no estado, ainda que os investimentos originalmente sejam feitos no SE, não se internalizam lá e vazam para a RMB.

Por outro lado, as microrregiões se apresentam como arquipélagos que não se conectam entre si. No sudeste paraense observa-se que as cadeias produtivas são incompletas e os setores não se articulam na economia do estado em geral, resultando na exportação de insumos e incapacidade de abastecimento de demandas locais, com perda da capacidade de criação de mercado consumidor interno e perpetuação do padrão periférico. O circuito superior (grande pecuária, grande mineração, grandes obras) não gere esses processos com facilidade e resolve demandas externamente (ex: importando alimentos ou facilitando o acesso a serviços baseados em outros estados). A tendência de desmatamento se mantém, o que dificulta o fortalecimento de identidade amazônica nas cidades e na região. A ausência de identidade em última instância contribui para a dificuldade de fixação de mão de obra, uma vez que não há atrativos destacados, e nem perspectiva de reprodução dos atrativos das grandes cidades ou dos lugares de origem dos fluxos migratórios.

O segundo estudo da macroescala, consiste na modelagem matemática de variáveis selecionadas para distinguir níveis de centralidade para cidades, posicionando-as na rede urbana brasileira, a partir do desempenho de funções urbanas. O CENTRALINA parte do Estudo de Regionalização de Cidades (REGIC) de 2007 (IBGE, 2008), que usou dados de 2000, faz sua primeira simulação com dados de 2010, e em seguida amplia o número de classes para a classificação das cidades nos níveis hierárquicos, de cinco para onze classes. Todos os ensaios mostram que não há perspectiva de mudanças nos níveis superiores da rede urbana na Amazônia Legal e no Pará. Belém, Santarém e Marabá mantêm posição sempre estável, com possibilidade de mudanças restritas aos níveis intermediários e inferiores da rede. Os níveis hierárquicos se mantêm estáveis enquanto as classes variam. A simulação com onze classes acrescida de ponderação maior para o PIB e o crescimento populacional revela todas as cidades que desempenham funções importantes no estado nas hierarquias intermediárias. Nos níveis inferiores os dados de 2010 mostram Canaã, Jacareacanga e outras pequenas cidades como centros de zona. Outras cidades dos níveis intermediários e baixos passaram a acumular novas funções após abrigarem atividades do circuito superior, mas que dependem de outras ações para consolidarem a tendência de ascensão (ex: Capanema e indústria do cimento, Barcarena e o porto e indústria da alumina, Parauapebas e Canaã e a mineração). Contudo, quem ascende inequivocamente são os municípios periféricos à RMB, que formam uma mancha urbana contínua. As distinções observadas em campo não são detectadas através do

REGIC, como a rivalidade entre Marabá, Conceição do Araguaia e Redenção, revelando baixa capacidade de captura das especificidades a partir de um certo ponto.

Nas análises da demografia coordenadas pelo Prof. Roberto do Carmo, destaca-se o gráfico de razão de sexo, no qual a linha que representa a trajetória para o Pará nos últimos 40 anos demonstra predominância de população masculina, detectando o padrão de fronteira, enquanto a linha que corresponde a Belém apresenta uma razão próxima à do Brasil. Por outro lado, a periferia de Belém acompanha o interior do Pará, confirmando o fenômeno de absorção do excedente de população da região após a interrupção dos grandes projetos nos anos 1980. Essas curvas são confirmadas pelas pirâmides populacionais e explicam a razão das pessoas não quererem mudar de Belém para o interior do Pará. A população de Belém decresce em termos percentuais em relação à população da RMB de 80% para 50% em 40 anos, e atualmente apresenta crescimento quase estagnado face ao dinamismo de sua periferia. Os censos populacionais das últimas quatro décadas indicam que os municípios do sudeste paraense apresentam intensos processos migratórios com taxas muitas vezes maiores que as taxas médias do país e do estado. Contudo, tal cenário tenderá a se agravar no decorrer desta década, pois após 2010 novos processos atratores de população foram instalados (Altamira e a usina hidrelétrica, Canaã e a mina S11D). Ainda existem municípios onde cresce a população rural (Marabá e São Felix do Xingu), mas de um modo geral as taxas de crescimento urbano são muito expressivas e disseminadas por todos os municípios do sudeste paraense, revelando que as cidades são uma questão relevante.

Os estudos mais detalhados sobre migração e pendularidade para municípios do sudeste paraense, revelam que em Parauapebas mais da metade da população veio de outros estados, enquanto no Pará em geral esse percentual é de 20%. As principais contribuições chegam de municípios vizinhos e dos estados do MA, GO, TO e MG. Os dados do censo não permitem o rastreamento de trajetória de migração, nem para compreender a escala intraurbana, mas os dados agregados dos municípios e de áreas urbanas e rurais permitem a compreensão da distribuição da população economicamente ativa dentre atividades formais e informais, e da distribuição dos trabalhadores formais por tipo de atividade e se há pendularidade entre cidades. As cidades de Marabá e Parauapebas se destacam pela maior diferença entre o número de trabalhadores protegidos (formais), e os demais trabalhadores (sem carteira assinada, autônomos, empregadores, não remunerados e os que trabalham para o próprio consumo). Contudo, as ocupações formais mais comuns são as de baixa qualificação. Reversamente, a informalidade chega a 80% em Eldorado dos Carajás, é superior a 70% em Curionópolis, superior a 50% em Marabá, 50% em Canaã e 40% em Parauapebas, revelando o peso do circuito inferior, e o quanto não seria adequado abordar a região sem atenção ao mesmo. Ainda que as análises macroeconômicas indiquem que a região é rica, a internalização dessa riqueza não é distribuída, tende a ser capturada pelas cidades maiores ou “vazar” para a RMB.

A discussão da mesoescala é articulada em várias frentes (FGV, INPE, UFPA), focando no município e na cidade. Apóia-se em análises de sensoriamento remoto e visual. O ponto de partida foi a investigação de tipologias de padrões de expansão a partir de observação direta publicada em Cardoso (2006). O objetivo tem sido ampliar o universo de investigação através do uso de imagens de satélite, minimizando a atividade de campo, para detectar padrões de expansão urbana. Igualmente, o desenvolvimento de metodologia para detectar dinâmicas de uso da terra e apoiar a tomada de decisão.

Santarém e Marabá são os primeiros objetos de estudo, para desenvolvimento de metodologia que será aplicada em seguida a Parauapebas, Canaã e São Félix do Xingu, permitindo a verificação de padrões de expansão urbana que possam ser considerados típicos para esse contexto regional. As primeiras análises foram realizadas a partir da adaptação de métodos adotados em estudos realizados em contextos muito distintos da Amazônia e do uso de séries de imagens Landsat. Foram desenvolvidas ferramentas matemáticas para quantificação de padrões de concentração e dispersão, geradoras de métricas que caracterizam os padrões de transformações na mancha urbana e permitem a comparação das cidades entre si. Tais análises são complementadas pela pesquisa das condições de regulação existentes, disponibilidade de infraestrutura, existência de centralidades, associando padrões espaciais e de gestão do território.

A observação dos processos de conversão de glebas urbanizadas em áreas urbanas indica que o arranjo político e as circunstâncias de determinação das condições do acesso à terra podem ser variável de análise mais relevante que o preço da terra. O estudo da mesoescala prossegue com a análise de imagens de alta resolução das áreas urbanas cedidas pela RapidEye ao projeto. Essas imagens viabilizam a análise da escala intra-urbano e a classificação de padrões espaciais de acordo com processos econômicos e mecanismos de gestão das cidades. A investigação procura detectar se há especificidades nas cidades de acordo com a sua vinculação às dinâmicas ribeirinha e/ou rodoviária.

Os fatos e processos observados no espaço intra-urbano demonstram grande descaso com a natureza, manifesto no desmonte de morros, destruição de nascentes, aterro de áreas alagáveis para produção de solo urbano. A intensidade da informalidade, insuficiência de regulação e a carência de parâmetros locais favorecem a importação de soluções e arranjos espaciais. A falta de identidade local potencializa a ausência de vínculo do migrante com aquela realidade. Tipologias do loteamento, condomínio, conjunto habitacional e ocupação protagonizam a expansão das cidades, e os modos de vida anteriores às transformações são desqualificados. Há espaço para a discussão sobre o papel da cidade como laboratório para a construção de uma identidade local, que se apresente como alternativa melhor à atual ausência de identidade. Seria a oportunidade de agregar funções ambientais e sociais, além da consagrada função econômica da cidade. Através da valorização da dimensão ambiental seria possível resgatar aspectos sociais a ela associados, resgatando o saber da população mais antiga, que foi desqualificado pelo novo paradigma. A

recomposição de identidade e desse universo reposicionaria essas populações no atual contexto social regional e criaria novas perspectivas para as novas gerações, que podem contribuir para a estabilização da população em contextos rurais ou pequenas cidades, e mesmo para a consolidação das mesmas.

Hoje, a produção de habitação faz conversão direta de floresta em terra urbanizada e promove a expansão das cidades, antes que ocorra a consolidação da extensão já ocupada. No que diz respeito à seleção de áreas para implantação de novos empreendimentos habitacionais, observa-se que as estratégias de geração de valor imobiliário e fundiário, merecem tanta atenção quanto o preço da terra. A produção de habitação parece estar a serviço da agenda fundiária. As transformações em curso nas cidades objeto de estudo são muito rápidas e significativas e evidenciam carência de visão urbanística global das cidades. De um modo geral observa-se que os processos típicos das metrópoles brasileiras se manifestam nas cidades da região, e que a carência de planejamento, de regulação e de projetos políticos a respeito do que se espera das mesmas intensificam desequilíbrios e vulnerabilidades. Também vem sendo desperdiçada a oportunidade de aproveitamento dos investimentos em produção habitacional e loteamentos para um melhor posicionamento da cidade na rede urbana em formação.

Na investigação na microescala, sob coordenação do INPE, está o maior desafio de construção metodológica e de articulação multidisciplinar. Até o momento sua maior contribuição tem sido a organização de base de dados, dependente de trabalhos de campo, dada a carência de bases de dados oficiais para essa resolução espacial. Neste ano foi realizada pesquisa de campo em vilas localizadas ao longo da rodovia Transamazônica, usando a mesma matriz de coleta de dados dos campos realizados no ano anterior em comunidades ribeirinhas para investigar se há paralelos entre essas vilas, justificativa para o fato de algumas vilas vingarem e outras desaparecerem no decorrer do tempo, ou compreensão de como as mesmas compartilham funções. Essa frente de investigação busca aspectos genuínos das populações tradicionais no oeste paraense, para organizar matriz de análise que possa ser transposta para outros contextos do estado, tais como o sudeste paraense. Vilas seculares e vilas novas apresentam grande variação de porte populacional, sem correlação direta entre população e tempo de existência. As vilas pós-1960 são associadas à migração deslançada com os grandes projetos federais e as vilas centenárias com a migração associada à exploração da borracha e apresentam um laboratório para investigação das razões para a fixação da população nessas áreas rurais.

O mapeamento de processos, de gradientes de acesso a serviços e políticas públicas foi realizado através de arranjos em rede para as vilas ribeirinhas e agora a mesma metodologia está sendo aplicada às vilas de beira de estrada. Observa-se que o imaginário da população é construído a partir da metrópole, mas que as necessidades concretas apontadas referem-se principalmente à provisão de infraestrutura de comunicação, mobilidade e saneamento. Arranjos para acesso a educação e saúde demonstram pouca dependência das vilas em relação às cidades e existência de um sistema de trocas dinâmico. A manutenção da possibilidade de escolha dessa

população em permanecer no meio rural é um desafio, na medida em que mais populações são afetadas pela reestruturação produtiva do campo e impelidas ao êxodo rural.

As taxas de urbanização indicam a importância a cidade como objeto de investigação. Trata-se também de local privilegiado para agregar “trabalho novo” a “trabalho velho”, introduzir novas habilidades técnicas, oferecer capacitação e viabilizar a especialização necessária para que ocorra a diversificação funcional/econômica dessas cidades, potencializando fenômenos detectados nas simulações do Centralina.

A tese da urbanização extensiva apresentada por Roberto Monte-Mor distingue o urbano da cidade, e destaca que além da luta histórica dos movimentos sociais pelo direito à vida nas cidades, observa-se hoje a procura pelo acesso às facilidades e serviços que a condição de vida urbana oferece, dissociando a discussão do direito ao “urbano” (substantivo) do direito à cidade. Desse ponto de vista do consumo, existe a perspectiva da urbanização planetária, e na Amazônia entende-se que cidades e vilas sejam pontos de controle a partir dos quais o homem transforma a relação com a natureza.

Nessa perspectiva, a partir desses assentamentos humanos seria possível difundir uma identidade que modifique o quadro atual, valorizando a natureza e difundindo uma identidade amigável ao bioma original (floresta). Monte-Mor chamou essa via de ação de “naturalização extensiva”, que ao invés de disseminar a destruição do natural a partir da cidade, introduz o natural na cidade, para melhorar a compreensão dessa relação, modificar a consciência das pessoas, gerar qualidade de vida, e incluir saberes associados à floresta que foram desvalorizados. O desinteresse pela natureza gera problemas de saneamento, saúde pública, degradação da paisagem e potencializa problemas sociais, muitas vezes revelados sócio-ambientais.

O que poderia ser implantado dentro de cidades que valorize o saber antigo, que possa ser renovado pela agregação de tecnologia, sob a perspectiva de gerar inovação, treinar gente e difundir novas profissões?

Amazônia não era paisagem vazia, existem evidências de que a floresta é manejada, que havia um saber e uma ação que potencializava vitalidade e diversidade, resultado de uma relação sócio-ambiental, ou homem-natureza. Atualmente, a economia vê a natureza como natureza morta, a racionalização do capital precisa controlar, não consegue trabalhar com o que é imponderável e está vivo. Essa perspectiva na Amazônia significa travar uma luta com a população estabelecida há mais tempo e com o bioma, e abrir mão do potencial estratégico desse capital natural.

Uma mudança de paradigma para a natureza viva também recuperaria o conhecimento associado à extração de riqueza da natureza, e a um potencial de inovação apoiado em biotecnologias. Com a integração da Amazônia ao país, a visão tradicional passou a ser avaliada pejorativamente. Esse saber poderia ser incorporado de forma positiva dentro das vocações que são promissoras para a região, como a produção de cacau ou de mandioca.

Atualmente o paradigma hegemônico não enxerga a complexidade do que já existia de valor na região. O migrante que chega não agrega trabalho novo ao trabalho existente, dada a carência de plataformas organizadas que o orientem nesse sentido. Ao contrário, ele procura impor outro saber, o que é agravado com o adestramento para reproduzir a lógica de produção do circuito superior. Essa discussão é ampla e abrange todos os setores da produção, e os processos induzidos pelas políticas federais das últimas décadas, que foram concebidas externamente à região. Não tem sido objeto da pesquisa a análise do funcionamento do circuito superior, em termos empíricos, mas há um foco estabelecido sobre o potencial da economia popular, incluindo o trabalho informal, o solidário e o oficial de pequena escala, para investigar estratégias de vazamento do circuito superior para o inferior, e no quanto a discussão ambiental precisa ser tão social quanto ambiental.